

## FINANÇAS, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Gabinetes do Ministro da Agricultura, Florestas  
e Desenvolvimento Rural, da Ministra  
do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento

### Despacho n.º 3379/2019

Em conformidade como disposto no n.º 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, com a última alteração do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 29 de maio, e na sequência de procedimento concursal realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e ainda, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 7316/2017, publicado no *Diário da República*, n.º 160/2017, 2.ª série, de 21 de agosto, determina-se o seguinte:

1 — Designa-se o licenciado Rui Manuel Costa Martinho para exercer, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 23 de março.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

19 de março de 2019. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luis Manuel Capoulas Santos*. — 19 de março de 2019. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — 11 de março de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

### Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Rui Manuel Costa Martinho.

2 — Habilitações e formação:

Licenciatura em Engenharia Agronómica, Especialidade de Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (ISA) (1982-1987);

Curso de Pós-graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica) da Universidade Católica Portuguesa (1990-1991);

Curso de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia realizado no ano letivo (1993-1994);

Pós-Graduação em Gestão Pública — Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) promovido pelo INA (2000-2001);

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no Instituto Nacional de Administração (2006);

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), no Instituto Nacional de Administração (2009).

3 — Atividade Profissional (Principais funções exercidas):

Vogal do Conselho Diretivo do IFAP (desde abril de 2017);  
Gestor Adjunto do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) (2016 e 2017);

Adjunto do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (2015 e 2016);

Gestor Adjunto do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) (2009 a 2014);

Diretor de Serviços de Planeamento, Acompanhamento e Avaliação do Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP (2007-2009);

Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (2004-2006);

Diretor de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do GPPAA (2003-2004);

Diretor de Serviços de Produções Vegetais do GPPAA (2000);

Assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural (1998-2002);

Chefe de Divisão na Direção de Serviços de Produções Vegetais do GPPAA (1997);

Funções de técnico superior na DGPA e no IEADR do MADRP (1989-1996);

Perito nacional destacado na DG de Agricultura da Comissão Europeia (1991-1992);

Funções de técnico superior na Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) (1987-1988).

312167256

### Despacho n.º 3380/2019

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, com a última alteração do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 29 de maio, na sequência de procedimento concursal realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e com a alteração introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, com repetição de aviso de abertura e recrutamento por escolha, conforme previsto no n.º 9 do artigo 19.º do mesmo diploma, e ainda, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 7316/2017, publicado no *Diário da República* n.º 160/2017, 2.ª série, de 21 de agosto, determina-se o seguinte:

1 — Designa-se o licenciado Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro para exercer, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 23 de março, conforme resulta do seu currículo académico e profissional que evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

19 de março de 2019. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luis Manuel Capoulas Santos*. — 19 de março de 2019. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — 11 de março de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

### Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro

Data de nascimento: 5 de fevereiro de 1961

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações e formação:

Licenciatura em Agronomia (Economia Agrária e Sociologia Rural) pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), Instituto Nacional de Administração (2009).

3 — Atividade profissional (principais funções exercidas):

Presidente do Conselho Diretivo do IFAP em exercício desde 1 de abril de 2017.

Adjunto do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (janeiro 2016 a março 2017)

Técnico Superior do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do MAFDR (junho 2011 a janeiro 2016);

Adjunto do Secretário de Estado da Agricultura e Pescas (dezembro de 2009 a junho 2011);

Diretor Adjunto do Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP (fevereiro 2007-dezembro de 2009)

Coordenador da Rede Rural Nacional (abril 2009 a dezembro de 2009);

Subdiretor do Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar (GPPAA) (setembro de 2005 a fevereiro 2007) e Vice-Presidente, em acumulação de funções, da Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA) até dezembro de 2009.

Diretor da Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e prospetiva do GPPAA (dezembro de 2004 a setembro de 2005);

Assessor da Direção do GPPAA (novembro de 2002 a dezembro de 2004);

Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) (dezembro de 1999 a novembro de 2002);

Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas nos XIII e XIV Governos Constitucionais, dos Mi-

nistros Fernando Van Zeller Gomes da Silva entre 28 de outubro de 1995 e 2 de outubro de 1998 e Luís Manuel Capoulas Santos entre 3 de outubro de 1998 e 24 de outubro de 1999 e 25 de outubro de 1999 e 21 de dezembro de 1999;

Coordenador Nacional do Serviço Nacional de Controlo da Normalização no Instituto de Proteção da Produção Agroalimentar (IPPA) (julho a outubro de 1995);

Secretário-Geral da Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Horto-fruticultores (junho de 1990 a Junho de 1995) e representante da CONFAGRI — Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas, como Perito Nacional do Sector de Frutas e Legumes Frescos e Transformados, junto do COPA/COGECA, em Bruxelas, e, em representação do COGECA, o lugar de membro efetivo do Comité Consultivo de Frutas e Legumes Frescos e Transformados da Comissão Europeia;

Ingresso como Técnico Superior no Ministério da Agricultura em outubro de 1986.

312167167

### Despacho n.º 3381/2019

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, com a última alteração do Decreto-Lei n.º 96/2015, de 29 de maio, e na sequência de procedimento concursal realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP) nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e ainda, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 7316/2017, publicado no *Diário da República*, n.º 160/2017, 2.ª série, de 21 de agosto, determina-se o seguinte:

1 — Designa-se a licenciada Maria José Rocha Peixoto de Moura para exercer, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 23 de março.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

19 de março de 2019. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*. — 19 de março de 2019. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — 11 de março de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

### Nota Curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Maria José da Rocha Peixoto de Moura;  
Data de nascimento: 01-05-1954;  
Nacionalidade: Portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia (Pré Bolonha) — ISEG, 1976;  
Mestrado em Administração e Políticas Públicas (parte curricular) — ISCTE, 2010.

3 — Experiência Profissional:

Vogal do Conselho Diretivo do IFAP — desde 1 de abril de 2017;  
Vogal do Conselho de Administração da Docapesca — de 23 de maio de 2016 a 31 de março de 2017;

Assessora da Equipa Multidisciplinar de Estudos Estruturais na Direção de Análise Económica do Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia (2006 a 2016);

Membro da Estrutura de Apoio Técnico da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT), no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio II e III (1997 a 2006);

Chefe de Divisão do Departamento de Planeamento e Gestão do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), Ministério da Cultura (1997);

Assessora do Gabinete de Estudos e Planeamento no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (1994 a 1997);

Técnica Superior de 1.ª classe e Técnica Superior Principal na Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação de Informação Técnica

do Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério de Obras Públicas Transportes e Comunicação (1981-1994);

Técnica Superior de 2.ª classe na Direção de Serviços de Planeamento e Programação do Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (1977-1981).

312167012

## DEFESA NACIONAL

### Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

#### Despacho n.º 3382/2019

Na sequência do procedimento concursal destinado à seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe de Divisão de Infraestruturas, nos termos do disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Maria do Rosário Dionísio Mendonça Mendes.

A nomeada tem perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objetivos da Divisão de Infraestruturas, sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo currículo profissional.

A ora nomeada fica autorizada, ao abrigo do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 11 de dezembro de 2018.

11 de janeiro de 2019. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

#### Síntese Curricular

Nome: Maria do Rosário Dionísio Mendonça Mendes  
Data de Nascimento: 30 de outubro de 1963  
Função: Chefe de Divisão de Infraestruturas da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

I — Percurso académico e formativo:

Licenciatura em Engenharia Civil — Especialização de Direção, gestão e execução de obras — Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (outubro/1992);

First Certificate in English — Universidade de Cambridge (junho/1983)

Curso “Resource Management Education Program” — NATO SCHOOL, ministrado na República Checa (2000);

Conferência sobre “Hardened Facilities” (bunker) — Joint Headquarters Northeast (Dinamarca) (2000);

Curso de Segurança Industrial — Gabinete Nacional de Segurança (2001);

Curso de Direção e Liderança — Instituto Nacional de Administração (2002);

Curso “O Novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho — Instituto Nacional de Administração (2008);

Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública com o Código dos Contratos Públicos — Instituto Nacional da Administração (2008);

Curso sobre “Código dos Contratos Públicos — Controlo da fase de execução do contrato” — Instituto Superior Técnico (2011);

Curso sobre “Código dos Contratos Públicos — Erros e Omissões e Trabalhos a mais em Empreitadas de Obras Públicas” — Instituto Superior Técnico (2012);

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública — INA (2016).

II — Experiência Profissional:

Fiscalização e gestão técnica de empreitadas de construção civil, na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sendo a área de intervenção referente à implementação de projetos de Tribunais, cartórios, conservatórias e casa de magistrados (até outubro de 1997);

Transitou para o quadro da Direção-Geral de Infraestruturas (DGIE) do Ministério da Defesa Nacional (MDN), na sequência de admissão a concurso de promoção a técnica superior de 1.ª classe, sendo integrada na Divisão de Infraestruturas (DIE), pertencente à Direção de Serviços de Infraestruturas e Comunicações (outu-